

Negocia-se o mandato

"Tem-se que respeitar a decisão soberana da Constituinte, a começar pelo presidente da República" assim reagiu, na sexta-feira, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, às notícias de que em reunião dos ministros militares, no dia anterior, no quartel-general do Exército, decidiu-se pressionar os constituintes para que, nesta semana, aprove um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Ulysses contou que esteve com um importante chefe militar, depois da reunião — que não quis identificar —, do qual obteve a garantia de pleno respeito das Forças Armadas a qualquer decisão da Constituinte sobre o mandato de Sarney, segundo relato das agências Globo e EBN.

Como ele, outros parlamentares passaram o dia contatando chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. "Ou a Constituinte



Ulysses Guimarães

tem soberania ou não tem", protestou o senador Mário Covas (PMDB-SP), principal líder da oposição a Sarney. Outros dois líderes da oposição, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e José Richa (PMDB-PR), procuraram certificar-se do teor da decisão dos ministros militares e, depois de conversas, sobretudo no Ministério do Exército, afirmaram — repetin-

do Ulysses — ter certeza do respaldo militar a qualquer decisão que o plenário venha a tomar sobre o mandato e o sistema de governo.

No plenário da Constituinte, na sexta-feira, as reações foram duras: "Uma democracia tem regras e uma delas diz respeito às esferas de poder e competência", disse o líder do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio; "Um ministro militar é um cidadão comum", acrescentou o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP); "Isso é uma ameaça à dignidade da Constituinte", concluiu o deputado Amaury Muller, do PDT; "O fator de intransigibilidade é o vazio de poder", criticou Aldo Arantes, deputado do PC do B.

Em João Pessoa, onde esteve inaugurando obras, na sexta-feira, o presidente José Sarney enfrentou protestos de rua — que acabaram com quatro prisões feitas pelas tropas do Exército que o protegem — e vol-

tou a dizer que não tem "interesse pessoal" numa definição do seu mandato em cinco anos, como deseja: "É o interesse do País", argumentou. Horas antes, em seu programa radiofônico semanal, insistira na legitimidade de um mandato de seis anos, para o qual "fui eleito".

Ulysses Guimarães decidiu dedicar o final de semana à tentativa de um entendimento entre o governo e a oposição, envolvendo, simultaneamente, o mandato e o sistema de governo (se presidencialista ou parlamentarista). Na noite de sexta-feira, procurou o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que exerce grande influência sobre o bloco de parlamentares conservadores. E marcou encontros com todos os líderes do PMDB, além de uma conversa a sós com o senador Mário Covas.

A tendência, na visão de alguns políticos, é que Ulysses consiga uma proposta que, em tese, atenderia ao governo e à oposição: um sistema parlamentarista, onde o presidente da República conservaria grande parte dos atuais poderes, mas no qual o Parlamento poderia "censurar" ministros, inclusive militares, com um mandato de cinco anos para José Sarney e os seus sucessores. No Ministério do Exército, conforme apurou a repórter Rita Medeiros, a tese do parlamentarismo já é aceita. Na Marinha, o próprio ministro Octavio Moreira Lima encarregou-se de dizer, em público, que ela é "viável".